

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA	
PREFÁCIO.....	9
JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI	
INTRODUÇÃO.....	19
1. A BOA-FÉ NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL ROMANO.....	27
1.1. Generalidades.....	27
1.2. Período das <i>legis actiones</i>	28
1.2.1. <i>As poenae temere litigantium</i>	28
1.2.2. <i>A fides</i> e o direito romano.....	32
1.2.2.1. Generalidades.....	32
1.2.2.2. <i>A fides</i> e o processo civil.....	35
1.3. Período formular.....	39
1.3.1. <i>As poenae temere litigantium</i> no período formular.....	39
1.3.2. <i>As formulae</i> de dolo e a <i>restitutio in integrum ob dolum</i>	44
1.3.3. O dolo processual do <i>iudex</i> e a <i>actio adversus iudicem qui litem suam fecit</i>	49
1.3.4. <i>A fides</i> no período formular.....	52
1.3.4.1. <i>A fides instrumentorum</i>	52
1.3.4.2. <i>A fides bona</i>	54
1.4. Período da <i>cognitio extra ordinem</i>	58
1.4.1. <i>As poenae temere litigantium</i> no período da <i>cognitio extra ordinem</i>	58

1.4.2.	<i>As formulae</i> de dolo e a <i>restitutio in integrum</i> no período da <i>cognitio extra ordinem</i>	63
1.4.3.	A <i>actio adversus iudicem qui litem suam fecit</i> no período da <i>cognitio extra ordinem</i>	66
1.4.4.	A fides no período da <i>cognitio extra ordinem</i>	68
1.5.	Conclusões parciais	69
2.	ABOA-FÉ PROCESSUAL NA TRADIÇÃO ROMANO-GERMÂNICA: DA IDADE MÉDIA À IDADE MODERNA	71
2.1.	A boa-fé no direito processual civil medieval	71
2.1.1.	Direitos germânicos	71
2.1.2.	Direito comum	73
2.1.3.	Conclusões parciais	80
2.2.	A boa-fé no direito processual civil moderno	83
2.2.1.	A herança do direito comum	83
2.2.2.	A moralização do processo germânico	85
2.2.3.	Conclusões parciais	88
3.	A BOA-FÉ NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO	89
3.1.	O liberalismo processual e a boa-fé	89
3.2.	O desenvolvimento da boa-fé objetiva (<i>Treu und Glauben</i>) no direito alemão	93
3.2.1.	A boa-fé na pandectística	93
3.2.2.	A boa-fé na jurisprudência comercial do século XIX	96
3.2.3.	A boa-fé na vigência do BGB	99
3.2.4.	A aplicação da boa-fé ao direito processual	106
3.2.4.1.	Generalidades	106
3.2.4.2.	Criação dolosa de situações jurídicas processuais	108
3.2.4.3.	<i>Venire contra factum proprium</i>	108
3.2.4.4.	<i>Verwirkung (suppressio)</i>	111
3.2.4.5.	Abuso institucional de faculdades processuais	113
3.2.4.6.	Dever de veracidade e completude	115

3.3. A recepção da boa-fé objetiva processual em outros sistemas romano-germânicos	118
3.3.1. Generalidades	118
3.3.2. O garantismo processual e o suposto viés autoritário da boa-fé	121
3.4. A boa-fé no direito processual civil brasileiro	124
3.4.1. A boa-fé na vigência do CPC/1939	124
3.4.2. A boa-fé na vigência do CPC/1973	130
3.4.2.1. O dever de proceder com boa-fé subjetiva	130
3.4.2.2. A recepção da boa-fé objetiva	135
3.5. Conclusões parciais	141
4. A BOA-FÉ OBJETIVA E A TEORIA GERAL DO DIREITO: ENTRE CLÁUSULA GERAL E PRINCÍPIO	143
4.1. Generalidades	143
4.2. A teoria das cláusulas gerais	145
4.2.1. Generalidades	145
4.2.2. Origem	147
4.2.3. Natureza jurídica	153
4.2.4. Aplicação	156
4.2.4.1. Para além da subsunção: a concreção das cláusulas gerais	156
4.2.4.2. A tópica jurídica	157
4.2.4.3. O método de grupos de casos	161
4.2.4.4. O pensamento tipológico	163
4.2.4.5. Os standards de conduta	164
4.2.4.6. A concreção das cláusulas gerais no Brasil	166
4.2.4.7. Crítica à concreção das cláusulas gerais no Brasil	171
4.3. A teoria dos princípios	175
4.3.1. Generalidades	175
4.3.2. Distinção entre princípios e regras	176
4.3.3. Relação entre princípios e valores	177

4.3.4.	Funções eficaciais dos princípios.....	178
4.3.4.1.	Eficácia direta.....	178
4.3.4.2.	Eficácia indireta.....	179
4.3.5.	Colisões entre princípios.....	180
4.4.	A boa-fé objetiva como cláusula geral e princípio.....	181
5.	A BOA-FÉ OBJETIVA NA DOGMÁTICA PROCESSUAL.....	187
5.1.	A boa-fé objetiva como norma fundamental do processo civil brasileiro.....	187
5.2.	O conteúdo da boa-fé objetiva.....	189
5.2.1.	Delimitação positiva: confiança e lealdade como elementos da boa-fé.....	189
5.2.2.	Delimitação negativa: a necessária diferenciação entre boa-fé e cooperação.....	197
5.3.	Funções da boa-fé objetiva: repensando a classificação tripartite.....	208
5.4.	Eficácia indireta da boa-fé objetiva.....	210
5.4.1.	Função eficaz definitiva: a boa-fé e os princípios constitucionais.....	210
5.4.2.	Função eficaz interpretativa.....	217
5.4.2.1.	Generalidades.....	217
5.4.2.2.	Boa-fé objetiva e litigância de má-fé.....	217
5.4.2.3.	Boa-fé objetiva e tutela de evidência (art. 311, I, do CPC).....	223
5.5.	Eficácia direta da boa-fé objetiva.....	227
5.5.1.	Função de limitação do exercício de situações jurídicas processuais.....	227
5.5.1.1.	Considerações iniciais.....	227
5.5.1.1.1.	O abuso como ilícito processual.....	227
5.5.1.1.2.	Os tipos abusivos como suportes fáticos móveis.....	228
5.5.1.1.3.	Os efeitos dos atos processuais contrários à boa-fé.....	229

5.5.1.2.	<i>Venire contra factum proprium</i>	233
5.5.1.2.1.	Elementos nucleares do suporte fático móvel.....	233
5.5.1.2.2.	Factum proprium	234
5.5.1.2.3.	Confiança legítima	236
5.5.1.2.4.	Exercício da confiança.....	237
5.5.1.2.5.	Comportamento processual contraditório.....	239
5.5.1.2.6.	Contradição sem confiança: a banalização do venire contra <i>factum proprium</i> na jurisprudência do STJ	243
5.5.1.3.	<i>Suppressio</i>	247
5.5.1.3.1.	Generalidades	247
5.5.1.3.2.	<i>Suppressio</i> e invalidades processuais	249
5.5.1.4.	<i>Turpitudinem suam allegans non auditur</i>	255
5.5.1.4.1.	Generalidades	255
5.5.1.4.2.	<i>Inalegabilidade das invalidades</i> processuais pelo seu causador (art. 276 do CPC)	257
5.5.1.4.3.	<i>Tu quoque</i>	260
5.5.2.	Função de criação de deveres processuais	262
5.5.2.1.	Generalidades	262
5.5.2.2.	<i>Duty to mitigate the loss</i>	263
5.5.3.	Função de interpretação dos atos processuais.....	267
CONCLUSÕES.....		271
POSFÁCIO.....		275
FREDIE DIDIER JR.		
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		277